

Recife, Volume 12, 2023 (01-05)

<https://doi.org/10.51359/2238-8052.2023.250981>**EDITORIAL**

*“Pela libertação efetiva do povo palestino das ações de um Estado colonizador-supremacista-racista”.*

O alvorecer deste ano que termina – 2023 – foi de grande alegria e esperança para nós brasileiros/as em função de termos derrotado, nas eleições presidenciais realizadas no segundo semestre do ano de 2022, com muita resistência e luta, a maior e nefasta expressão<sup>1</sup> do obscurantismo fundamentalista de extrema direita do mundo contemporâneo na América do Sul.

Subindo à rampa do Palácio do Planalto nos braços do povo brasileiro e tendo recebido a faixa presidencial das mãos de representantes de alguns dos segmentos mais sofridos da classe trabalhadora brasileira (vide capa do presente volume da Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais-RMSDE), o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva trazia novamente a sensação de que estaríamos, a despeito de termos consciência das ameaças que ainda rondam o Brasil e o mundo, retomando os caminhos interrompidos com o golpe parlamentar-judicial-midiático ocorrido em 2016 contra a Presidenta Dilma Vana Rousseff.

Enquanto isso, no mundo, em meio ao estado da “guerra perpétua”, estourava, mais uma vez, outro conflito de cunho colonialista, sem par, no Oeste da Ásia, ou seja, o ataque violento, sistemático e implacável do Estado de Israel contra o povo palestino e, tal como se esperava, com o apoio incondicional dos Estados Unidos e do “Otanistão”. Justificando as ações terroristas do sionismo, assim como haviam justificado o golpe contra o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil, a mídia comercial-corporativa, como sempre o fez, vitimizou Israel e demonizou o *HAMAS* (Movimento de Resistência Islâmica). Este movimento é, na verdade, uma representação da resistência contra o terrorismo colonialista-supremacista-racista do Estado de Israel o qual, desde sobretudo 1947, tem negado, explorado, subalternizado e oprimido de forma vil o povo palestino. Portanto, é neste contexto que suas ações, por mais chocantes que sejam, devem ser compreendidas.

Isso porque a história não é nada simplista como se quer fazer crer, ou seja, não se pode compreender os conflitos e as ações políticas recortados dos seus respectivos contextos histórico-territoriais de resistência e luta. Neste sentido, a ação do *Hamas*, em outubro de 2023, por mais chocante que tenha sido, deve ser compreendida no âmbito do processo de resistência política do povo palestino contra a negação do seu

---

<sup>1</sup> Recusamos com veemência proferir o seu nome, mas quaisquer brasileiros/as que sofreram desde o golpe parlamentar-judicial-midiático de 2016 e, sobretudo, no período de 1 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2022, sabem a quem nós estamos nos referindo.

território. Ademais, a reaproximação de países de maioria muçulmana da região na qual a Palestina se situa – Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Jordânia, Egito, etc. – suscitando, em certa medida, o esquecimento da questão palestina, bem como a visita de Benjamin Netanyahu (*Likud*) que discursou, em setembro deste mesmo ano, no Congresso dos Estados Unidos referindo-se a um mapa de Israel sem os territórios da Palestina constituíram um acinte à luta de libertação da Palestina contra a resistência em décadas das ações de expulsão, ocupação e confisco das suas terras.

E, é claro, uma coisa é criticar os princípios da soberania judaica que caracterizam o sionismo político desde 1948, outra é restringir a crítica à ocupação como ilegal e destrutiva (referindo-se a uma história que começa em 1967), e outra ainda é uma crítica mais restrita a certas ações militares como sendo separadas do sionismo e da ocupação, tais como: a investida em Gaza em 2008-2009, que incluiu crimes de guerra evidentes; o crescimento dos assentamentos e de formas continuadas de confisco de terras de outros tipos; ou as políticas do atual regime de direita em Israel. Mas, em cada um desses casos, a possibilidade de a crítica ser entendida publicamente como algo diferente de um ataque aos judeus ou à judaicidade permanece como uma questão (Butler, 2017, p. 123).

Colocando, ainda, em evidência a violência do Estado de Israel, sob ações colonialistas de subjugação, expulsão e despossessão do povo palestino (Figura 1), desde os primórdios da sua formação histórico-territorial, Butler (2017) reitera que não se está contra o judaísmo, mas contra o sionismo. Trata-se, assim, de uma obrigação ética mostrar como as ações realmente acontecem, sem a qual não se conseguirá provar que “[...] somente com o fim do sionismo político, entendido como a insistência em fundar o Estado de Israel nos princípios da soberania judaica, é que se pode realizar naquela região os princípios mais amplos da justiça” (BUTLER, 2017, p. 28).



Figura 1 – Redução do território do povo palestino e expansão colonial do Estado de Israel.  
 Fonte: Imagem capturada na plataforma Google pelos autores, em dezembro de 2023.

Nesta perspectiva, juntando os fragmentos de uma realidade pulverizada para entendê-la como uma totalidade complexa movimentando-se no tempo-espaço, esta mesma autora defendeu a necessidade urgente

de promover a coexistência dos povos palestino e judeus no oeste da Ásia, começando pela mudança das ações colonizadoras do Estado de Israel.

Não podemos, portanto, permanecer alheios à drástica redução do território palestino frente à expansão colonial permanente do Estado de Israel, dando continuidade à *Nakba* – catástrofe mediante a qual cerca de 750 mil palestinos/as haviam sido expulsos/as do seu próprio território em 1948 – que se tornou uma tragédia sem fim. Qual povo permaneceria apático diante de tal despossessão contínua no tempo e que muda radicalmente a sua geografia de seu território? Como aceitar essa atrocidade sem reagir? Sobretudo porque sabemos que território é vida e que, portanto, quando o perdemos, perdemos também nossas condições materiais e imateriais de existência.

A Figura 2 destaca o que restou para o povo palestino, isto é, não somente a redução das suas condições de existência, mas, ao mesmo tempo, uma situação de confinamento na medida em que se tem um território dividido em duas porções nitidamente delimitadas: a porção da Cisjordânia a qual está sendo ainda mais fragmentada em função da expansão sistemática dos assentamentos coloniais – por ser uma área muito fértil situada em uma região desértica – constituídos por famílias judias; e Gaza a qual se tornou na maior prisão a céu aberto do mundo, confinando parte do povo palestino – cerca de 2.300,000 pessoas – a uma estreita faixa de terras na qual se vive sob as condições mais desumanas de existência dado que lhes têm sido negados, pelo Estado de Israel, os direitos mais fundamentais à vida humana.



Figura 2 – Situação atual do território do povo palestino cercado pelo Estado de Israel.  
Fonte: Imagem capturada na plataforma Google pelos autores, em dezembro de 2023.

Diante de tal tragédia, sempre houve intelectuais inclusive de ascendência judia que, no curso de meados do século XX, contestaram a referida postura de Israel, alguns dos quais foram signatários, em 1948, de uma carta ao jornal *The New York Times*, quando da visita do líder israelense Menachen Begin aos Estados Unidos com a finalidade de buscar apoio para si nas eleições para o governo israelense naquele período. Hannah Arendt e Albert Einstein, dentre outros/as judeus, expressaram seu descontentamento e sua indignação com relação ao caráter extremista do Estado de Israel e do seu líder, com o objetivo de informar ao público estadunidense o que de fato estava acontecendo.

Resumindo o conteúdo da referida carta (*The New York Times*, 1948), para os seus signatários, entre os mais tensos fenômenos políticos daqueles tempos, encontrava-se a emergência de um partido político chamado Partido da Liberdade (*Tnuat HaHerut*, hoje *Likud*) no Estado de Israel, cujas propostas, abraçadas pelo movimento sionista estadunidense, eram análogas às dos partidos nazistas e fascistas, tanto do ponto de vista da sua organização, quanto no dos seus métodos e da sua filosofia. Além disso, este partido havia sido, segundo os referidos signatários, formado com a filiação de organizações terroristas e chauvinistas na Palestina.

Continuaram a afirmar que, apesar do partido ter feito referência aos valores de liberdade, democracia e anti-imperialismo, na realidade, suas ações contra o povo palestino demonstravam seu vínculo com a doutrina do fascismo de Estado, razão por que sugeriram que não lhe desse apoio financeiro a fim de evitar a continuidade e o agravamento do terrorismo da opressão e despossessão do povo palestino. Neste sentido, os signatários da carta relataram o chocante ataque israelense à vila pacífica árabe de *Deir Hassin*, portanto, contra o povo palestino, aos 9 de abril de 1948, matando a maioria dos seus 240 habitantes – homens, mulheres e crianças – e mantendo os poucos sobreviventes como reféns para efeito de exemplificação, pelas ruas de Jerusalém, para quem se rebelasse contra os interesses israelenses. Contudo, como nem todo/a judeu/judia é sionista, segundo os mesmos signatários, a maioria da comunidade judaica ficou horrorizada com o fato acima relatado e solidarizou-se com as verdadeiras vítimas.

Diante do acima relatado, lamentavelmente, o ultranacionalismo, o misticismo religioso e a superioridade racial inerentes ao sionismo têm norteados não somente as ações terroristas do Estado de Israel; mas, ao mesmo tempo, têm reprimido greves e pressionado para a destruição dos sindicatos e/ou pregado para ajustá-los ao modelo das corporações sindicais fascistas italianas. O sionismo, continuaram os mesmos signatários, inaugurou o reino de terror na comunidade judia palestina, espancando professores que se colocavam contra as brigadas sionistas; e fuzilando os adultos que não permitiam que seus filhos se juntassem a essas brigadas, intimidando a população, etc. Desse modo, o Partido da Liberdade foi percebido e denunciado como um partido fascista que promovia ações terroristas contra judeus (não sionistas), árabes e mesmo britânicos de pensamento livre, representando, assim, um perigo para a coexistência efetivamente democrática entre os povos.

Então, será que todas as ações são terroristas? Por que existem ações terroristas? Quem de fato as pratica? Se os poderes instituídos da época tivessem considerado a crítica acima colocada em 1948, talvez tivéssemos um mundo, pelo menos, menos injusto nos dias que correm. Por isto, temos de ter a consciência de que nunca teremos um mundo melhor se não nos libertarmos da colonialidade do poder e das mentes que possuem como escopo, apenas, gerar e acumular riquezas para os interesses hegemônicos.

É, enfim, nesse contexto que devemos continuar com uma das nossas tarefas fundamentais que é pensar e refletir sobre o nosso mundo de cada dia no sentido de contribuir para a sua efetiva transformação. A RMSDE tem cumprido com esta tarefa trazendo mais um conjunto de escritos que podem abrir e desenvolver novas frentes de ação, razão por que convidamos os/as leitores/as a baixarem e lerem os arquivos publicados em sua plataforma.

Este editorial, em forma de carta aberta, é um convite à reflexão sobre o atual estágio de violência no mundo, sob a lógica supremacista de brutalização a qual tem imposto o agravamento da desumanização, por meio da dominação territorial e negação dos povos, consolidando a lógica genocida e etnocida. Assim, a RMSDE reitera seu compromisso social e ético em defesa do povo palestino e contra o Estado colonizador-supremacista-racista de Israel.

Boa leitura!

Prof. Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho

Prof. Dr. Hugo Arruda de Moraes

Prof. Dr. Antônio Hélon Vasconcelos dos Santos

## REFERÊNCIAS

Butler, J. Caminhos divergentes: judaicidade e crítica do sionismo. São Paulo: Boitempo, 2017.

The New York Times. New palestine party; visit of Menachen Begin and aims of political movement discussed, 1948. Disponível em: [https://en.wikisource.org/wiki/New\\_Palestine\\_Party:\\_Visit\\_of\\_Menachen\\_Begin\\_and\\_Aims\\_of\\_Political\\_Movement\\_Discussed](https://en.wikisource.org/wiki/New_Palestine_Party:_Visit_of_Menachen_Begin_and_Aims_of_Political_Movement_Discussed) Acesso: 10/12/2023.